



Anais da Assembléia

Nº 13

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE MARÇO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|---------------|-------------------------------|
| Governo | Deputado Valdir Rossoni |
| PFL | Deputado Plauto Miró |
| PTB | Deputado Ademar Traiano |
| PMDB | Deputado Orlando Pessuti |
| PPB | Deputado Augustinho Zucchi |
| PT | Deputado Péricles H. de Mello |
| PDT | Deputado Edgar Bueno |
| PL | Deputado Horácio Rodrigues |
| PSN | Deputado Emerson Nerone |
| PSDB | |

Representação Partidária

PFL - 18: Aribal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Cristóvão - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartúrio - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Cássio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 010ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16.03.98**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Angelo Vanhoni, Ademar Traiano, Albânor Gomes, Augustinho Zucchi, Basilio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dui-lío Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavarés, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmar Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) -
Sr. Presidente, solicito verificação de votação da ata.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES (Pela Ordem) -
Antes que se verifique a votação de quórum, queria registrar a presença

do funcionário da Casa, Enoque Lima Pereira, que recentemente sofreu uma cirurgia, e uma vez mais, como guerreiro, está marcando ponto aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Perfeitamente registrada e associada pela Mesa Executiva.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, para se atender ao pedido de verificação de quórum, solicitado pelo Deputado Valdir Rossoni, requeiro chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
23 Srs. Deputados responderam à chamada.

Em votação a ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Projeto de Lei:

**PROJETO DE LEI Nº 048/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim São Roque, com sede e foro no Município de Telêmaco Borba, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.98.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Ao propormos que seja declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim São Roque, com sede e foro no Município de Telêmaco Borba, neste Estado, o fazemos conscientes da necessidade da comunidade local que será imensamente beneficiada, através do trabalho desenvolvido pela referida entidade que atende a população de maneira exemplar, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza

za, nascimento ou qualquer outra condição, a fim de se obter a elevação da qualidade de vida dos mesmos.

Requerimentos:**REQUERIMENTO Nº 270**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 696/97, que objetiva autorizar o Poder Executivo a permitir desconto em folha de pagamento dos funcionários públicos, para empréstimos financeiros, somente os concedidos pelo Banco do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.03.98.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 272

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais (art. 129 e seguintes do Regimento Interno), REQUER à Mesa, após oitiva do douto e-soberano Plenário, a tramitação em Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 685/97, que denomina a PR-T 158, no trecho compreendido entre o Distrito de Sumaré até o entroncamento com a BR-376, como "Rodovia Manoel da Rocha Oliveira", no Município de Paranavaí, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 16.03.98.

(a) WALMOR TRENTINI

REQUERIMENTO Nº 273

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER ao douto Plenário, que seja colocado em Regime de Urgência o Projeto de Lei nº 20/98, que trata da criação da Circunscrição de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Cambé.

Sala das Sessões, em 16.03.98.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 257

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao SENAI - Unidade de Ponta Grossa; pela comemoração de seus 33 anos de fundação.

Há 33 anos atrás, Ponta Grossa ganhava sua unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, um nome hoje perfeitamente identificado com a própria história da cidade, do seu desenvolvimento social e econômico. Hoje, o SENAI apresenta como resultado, uma série de conquistas, pelo trabalho realizado ao longo dos anos, formando cerca de 38 mil novos profissionais, atualmente servindo o mercado de trabalho local e regional.

Sala das Sessões, em 16.03.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 258

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Empresa Mercado-móveis, pela comemoração do 20º aniversário de fundação.

O Mercadomóveis, uma empresa genuinamente pontagrossense, que hoje conta com 20 lojas na região, vem expandindo cada vez mais sua rede. Uma das preocupações da empresa é a qualidade no atendimento, para isso conta com cerca de 300 funcionários treinados, que participam de cursos e palestras técnicas.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência ao Mercadomóveis, em nome do Diretor Presidente: Geroslau Pauliki, demais diretores e funcionários, à Av. Visconde Taunay, 591 - CEP 84050-900, Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16.03.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 261

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Kaiser Cervejaria do Brasil Ltda., pela comemoração do 1º aniversário de instalação da unidade no Município de Ponta Grossa.

A Kaiser vem sendo de suma importância para Ponta Grossa e região, visto que gerou 220 empregos diretos e outros 82 terceirizados, contribuindo assim, para o progresso municipal e regional.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência à Kaiser Cervejaria do Brasil Ltda., em nome do

gerente geral de Ponta Grossa, Rui Gil Canesso Garcia, demais diretores e funcionários, à Av. Tocantins, 199 - CEP 84050-130, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16.03.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 264

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, voto de congratulações ao corpo discente, docente e funcionários do Colégio Estadual do Paraná, pelos 152 anos de fundamental contribuição para a educação no nosso Estado.

Sala das Sessões, em 16.03.98.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa reconhecer publicamente a ilibada prestação de serviços culturais e educacionais que o Colégio Estadual do Paraná presta à comunidade paranaense há 152 anos. Orgulho de nosso povo, possui hoje cerca de 5.300 alunos, sendo exemplo de serviço público realizado com qualidade. A Diretora, Sra. Adélia Dias Castela Ribeiro, no comando do colégio desde 1991, nossas felicitações.

REQUERIMENTO Nº 265

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de voto de louvor aos corpos administrativo, docente e discente do Colégio Estadual do Paraná, que no último dia 13 de março do corrente, comemorou seu 152º aniversário, educando jovens paranaenses.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os Artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente para a sede do colégio, à Rua João Gualberto, Centro, Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 16.03.98.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 266

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de voto

de louvor aos corpos administrativo, docente e discente do Colégio Estadual do Paraná, que no último dia 13 de março do corrente, comemorou seu 152º aniversário, educando jovens paranaenses.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os Artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente para a sede do colégio, à Rua João Gualberto, Centro, Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 16.03.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 269

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de União da Vitória, pela passagem de seus 100 anos de emancipação política, no próximo dia 27 de março.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Pedro Ivo Ilvik, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Sr. Dr. Henrique Cezar Guzzoni, assim como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 16.03.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a população de União da Vitória, orgulhosamente vê transcorrer no próximo dia 27 de março, seus 100 anos de emancipação política, que temos certeza, será comemorado festivamente.

União da Vitória, é um dos municípios da Região Sul do Brasil, que vive um período de euforia e crescimento econômico.

Sua economia, baseada na indústria de transformação, agropecuária, comércio e serviços. Sendo que a maioria de suas empresas são do ramo madeireiro.

Outra atividade de expressão na cidade é a agroindustrialização de frango e fumo.

Como a maioria dos municípios do Sul, União da Vitória possui estrutura fundiária dominada por pequenos e médios produtores rurais.

O município também se destaca por sua produção leiteira. A Usina de

Processamento da Cooperativa de Laticínios Curitiba (CLAC), instalada na cidade, é um dos mais importantes entrepósitos da cooperativa.

Portanto, o trabalho conjunto, a união de forças, constituem o fator básico para as conquistas e benefícios alcançados. É dessa integração que surgem os grandes projetos, as grandes obras e as grandes realizações.

Parabenizamos a toda população de União da Vitória, na significativa data em que comemora seus 108 anos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamento, orgulha-se em transmitir ao povo de União da Vitória, com este voto, o reconhecimento e admiração pela dedicação, ao longo desses 108 anos, num incessante trabalho em prol do desenvolvimento cada vez mais significativo do município.

REQUERIMENTO Nº 274

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações pela passagem do 42º aniversário de emancipação política de Manoel Ribas, em 8 de janeiro.

Sala das Sessões, em 16.03.98.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Manoel Ribas emancipou-se dia 05 de julho de 1955, desmembrando-se do Município de Pitanga, ocorrendo sua instalação oficial no dia 8 de janeiro de 1956.

Atualmente pertence à Microrregião 08 (AMUVI), e em seu território está abrigada a reserva indígena denominada Ivaí, cuja área é de 7.036 hectares, com uma população de 897 habitantes da cação Caigangue.

Dentro deste contexto, Manoel Ribas apresenta um grande desenvolvimento diante da região, com a agricultura se modernizando e incorporando um alto índice de mecanização, com técnicas avançadas, como o plantio direto.

Hoje, 42 anos depois de instalado, o município de orgulha em ser um exemplo de desenvolvimento para a nossa região, o nosso Estado, e por que não o Brasil. Não apenas a beleza de suas atrações turísticas, mas pelo forte investimento na estrutura comunitária valorizando a melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

REQUERIMENTO Nº 275

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações, pela passagem do 54º aniversário de emancipação política de Pitanga, em 28 de janeiro.

Sala das Sessões, em 16.03.98.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

As primeiras famílias (oriundas da cidade paulista de Itapeva) se estabeleceram em Pitanga em 1893, às margens do Rio Batista, atraídos pelas belezas naturais do lugar, a qualidade do solo e a amenidade do clima.

Em 1910 foi criado o Distrito Policial, em 1925 o Distrito Judiciário, com as primeiras repartições públicas do lugar. No dia 30 de dezembro de 1943, através do Decreto Lei nº 19, Pitanga é elevado à categoria de município, desmembrado de Guarapuava.

A instalação oficial ocorreu no dia 01 de janeiro de 1944, e a comemoração municipal no dia 28 de janeiro.

REQUERIMENTO Nº 276

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações pela passagem do 6º aniversário de emancipação política de Rio Bonito do Iguaçu, em 19 de março.

Sala das Sessões, em 16.03.98.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O povoado foi formado em 1925, para abrigar a Colônia Militar Marechal Mallet. A economia da época baseava-se na agricultura rudimentar e na suinocultura extensiva. Em 20 de novembro de 1953, a localidade foi elevada a Distrito de Laranjeiras do Sul.

No ano de 1973, iniciaram-se as obras de construção da Usina Hidroelétrica de Salto Santiago. Começava aí o desenvolvimento do futuro município. Juntamente com a Usina de Salto Santiago, também foram construídos a rodovia PR-158 e o aeroporto.

Foi então que em 1991, por decisão dos próprios moradores, Rio Bonito ganha o direito, através de plebiscito, de ser município. A Lei nº 9907, de 19 de março de 1992, criou a cidade cujos Poderes Executivo e Legislativo

foram instalados em 01 de janeiro de 1993.

Dai em diante, Rio Bonito do Iguaçu passou a apresentar um grande desenvolvimento diante da região, com a agricultura se modernizando e incorporando alto índice de mecanização, com técnicas avançadas, como o plantio direto.

Hoje, 5 anos depois de instalado, o município se orgulha em ser um exemplo em desenvolvimento para a nossa região, o nosso Estado, e porque não o Brasil. Não apenas a beleza de suas atrações turísticas, proporcionadas pela área alagada pela Usina de Salto Santiago, mas pelo forte investimento na estrutura comunitária, valorizando a melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

REQUERIMENTO Nº 256

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor Presidente da SANEPAR, Carlos Afonso Teixeira, solicitando a construção do tratamento de esgoto no Núcleo Santa Bárbara, em Ponta Grossa.

Sem tratamento de esgoto, desde que invadiram o Núcleo Santa Bárbara, há 5 anos, os moradores do local suportam o mau cheiro e convivem com líquido escorrendo no meio das ruas. Cerca de 20 tanques, localizados em esquinas, entupiram e estão transbordando. Através de valetas ou de canalização subterrânea, o esgoto produzido pelas 500 residências chega ao Rio Cará-Cará. O riacho é utilizado como fossa há 5 anos e já não serve para pescaria ou para tomar banho, conforme a própria população.

Sala das Sessões, em 16.03.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 259

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor Presidente da SANEPAR, Carlos Afonso Teixeira, solicitando a agilização do saneamento básico do Núcleo Pitangui, em Ponta Grossa.

O esgoto a céu aberto existente nos fundos do Núcleo Residencial Pitangui, exala mau cheiro, favorece a proliferação de insetos e coloca em

risco a saúde de moradores da região, pois neste local estão sendo jogados lixo, animais mortos e entulhos de construção.

Sala das Sessões, em 16.03.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 262

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Transportes, Heinz Herwig, solicitando providências no sentido de evitar acidentes na ponte sobre o Rio Tibagi, na altura do quilômetro 530 da BR-376, entre Ponta Grossa e Curitiba.

A ponte acima citada, constantemente é alvo de acidentes graves, vitimando famílias inteiras, como é relatado em xerox anexo.

Para resolver o problema, é preciso a construção de uma nova ponte, moderna e bem projetada; mas como isso é inviável de imediato, solicita-se a colocação de estruturas metálicas nas margens da ponte, bem como um reforço na sinalização já existente, alertando para a curva que antecede a ponte e recomendando a redução da velocidade.

Sala das Sessões, em 16.03.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 268

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de mensagem ao Exmo. Sr. Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil, solicitando a exoneração do General Ricardo Agnese Fayad, do cargo de Sub-Diretor de Saúde do Exército.

Sala das Sessões, em 16.03.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

O General Ricardo Agnese Fayad teve seu registro profissional cassado pelo Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro e pelo Conselho Federal de Medicina, por ter dado apoio técnico às sessões de tortura praticadas entre 1969 e 1974, no DOI-CODI, QG da Polícia do Exército no Rio de Janeiro, durante o Regime Militar.

A nomeação do General Fayad causou protestos em todo o país, por representantes de entidades de direitos humanos e familiares de vítimas e extorturados.

O Governo não pode premiar pessoas que cometeram atentados contra os direitos humanos, como o crime hediondo da tortura.

REQUERIMENTO Nº 271

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao Presidente desta Casa de Leis, que seja enviado expediente ao Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, e ao Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Antonio Leonel Polene, pedido de moção de apoio para a Associação Regional dos Avicultores do Oeste e Sudoeste do Paraná - AVIOS.

Sala das Sessões, em 16.03.98.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A Associação Regional dos Avicultores do Oeste e Sudoeste do Paraná - AVIOS, preocupada com a situação desesperadora que os 486 (quatrocentos e oitenta e seis) produtores dos 26 (vinte e seis) municípios do Oeste do Paraná estão atravessando, em virtude da paralisação das atividades do Frigorífico Chapecó - Unidade de Cascavel, necessitam da liberação do repasse a fundo perdido a quantia de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais para donos de aviário com 1.200 metros quadrados, e R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais para os que possuem aviários com 600 metros quadrados. Com isso, evitaremos o abandono de propriedades e daremos condições de subsistência, até que o Frigorífico retome suas atividades normais.

REQUERIMENTO Nº 263

Senhor Presidente.

O artigo 58 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná e a Lei Complementar nº 60, de dezembro de 1991, regulamentam a aplicação dos recursos recebidos pelo Estado, a título de royalties. Estabelecem ainda, que estes recursos, instituídos pelo artigo 142 da Constituição do Estado, serão geridos pelo FDE, ficando a Secretaria de Estado da Fazenda responsável pelos depósitos à conta do FDE, em até 03 (três) dias úteis.

Diante do exposto, solicito as seguintes informações:

a) qual o montante de recursos recebidos pelo Governo do Estado do

Paraná, a título de royalties, nos anos de 1995, 1996 e 1997;

b) qual o montante desses recursos que o Governo do Estado do Paraná, repassou a FDE, nos respectivos anos;

c) qual o prazo médio desses repasses;

d) qual o montante de recursos oriundos dos royalties, repassados aos municípios pelo FDE, conforme os critérios estabelecidos no artigo 158, parágrafo único da Constituição Federal e do parágrafo único do artigo 132 da Constituição Estadual;

e) cópia dos balanços do FDE dos anos de 1995, 1996 e 1997.

Sala das Sessões, em 16.03.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - É com pesar que venho para esta tribuna, tratar de um assunto que está afligindo a população de Foz do Iguaçu e toda a região de influência da Regional de Saúde, e também da Santa Casa Monseñor Guilherme.

Recebi um ofício da Irmandade da Santa Casa, assinado pelo Conselho Superior, através do qual me comunica, como comunica a sociedade local, como comunica ao Secretário do Estado de Saúde, Secretário Municipal de Saúde, Prefeito, enfim, todas as autoridades de que esta instituição, que há 60 anos, 6 décadas, vem prestando um relevante serviço de utilidade pública, particularmente atendendo as pessoas mais carentes, está encerrando suas atividades, fechando as suas portas.

Quer dizer, é uma atitude drástica e que vai ter uma repercussão, aliás, essa repercussão já está acontecendo, principalmente nas pessoas mais humildes, as pessoas mais carentes. Porque bem ou mal, ainda era a Santa Casa que atendia a população pelo SUS. A Santa Casa que mantinha um pronto-socorro credenciado pelo SUS, atendendo à população que procurava por serviços médicos na hora da dificuldade.

A Santa Casa tem toda uma história. Falei dos 60 anos de existência, mas em Foz do Iguaçu, os números por ela registrados, são realmente marcantes. A Santa Casa já internou, atendeu mais de 700 mil pacientes, durante essas 6 décadas.

A Santa Casa tem números aqui que são realmente extraordinários. Já serviu 13 milhões 562 mil refeições, durante esse tempo de existência.

A Santa Casa que tem um serviço completo na área de berçário, eletrocardiograma, endoscopia, hemodiálise, laboratório, pronto-socorro, radiologia, tomografia, UTI, enfim, todos os outros serviços, está fechando as suas portas, e portanto, a população de Foz do Iguaçu está perdendo essa opção de atendimento na área da saúde.

E o Conselho Superior, neste documento, faz sérias e graves denúncias contra todos aqueles que o Conselho entende que ajudaram fazer com que a Santa Casa chegasse ao estado em que se encontra. Critica o Corpo Clínico da Santa Casa, por esse se fechar e contribuir muito pouco para a viabilização de uma proposta de salvação da Santa Casa. Critica o Sindicato dos Servidores Públicos, porque deflagraram greve no momento em que a Santa Casa considerou inoportuno. Critica a Secretaria Municipal de Saúde, porque teria deixado a Santa Casa de lado, não levando em conta a necessidade de integrá-la ao Sistema de Saúde atendido pelo município. Cita mais, alguns números que percebemos que se houvesse boa vontade por parte da administração municipal, poderia, pelo menos, ter postergado esta decisão drástica da Santa Casa.

Por exemplo, a Santa Casa diz aqui que a Prefeitura de Foz do Iguaçu deve 222 mil e 400 reais, e desde 96 a Santa Casa vem tentando receber estes recursos e não consegue.

Em Foz do Iguaçu foi criada a Taxa de Turismo, e a própria lei que cria esta taxa, destina um percentual do que seria arrecadado, à Santa Casa, e a Foztur, muito embora reconheça que arrecadou o recurso, deve 220 mil reais para a Santa Casa, não repassou esses recursos.

Enfim, com razão, também, o Conselho Superior diz que o Hospital Itaipu, construído com dinheiro público e administrado pela Fundação Itaipu, é um hospital que deveria estar aberto para atender a população e particularmente pelo SUS, no entanto, o Hospital Itaipu só atende convênios e particular, não coloca o seu pronto-socorro para atendimento da população.

Ache uma injustiça, porque este hospital foi construído com dinheiro público, credenciou quem lhe interessa

para atendimento no SUS, agora, a parte que é considerada não rentável, não interessante para o Hospital Itaipu, não é atendido pela Santa Casa, como é o caso do pronto-socorro.

E hoje, com o fechamento da Santa Casa, não há um único pronto-socorro em Foz do Iguaçu, para atender a demanda pelo SUS. Não há um único! Se o sujeito tem dinheiro, vai no Costa Cavalcanti, com convênio é atendido.

Então, é com profunda tristeza que venho fazer este registro nesta Casa, porque esta decisão da Santa Casa fechar as suas portas é histórica, e com repercussão profunda, enorme, em toda a sociedade daquela região, e particularmente prejudicando as pessoas mais humildes, mais carentes.

Deixo um apelo aqui, ao Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, ao Secretário da Saúde, para que interfiram, intercedam, para evitar que o pior aconteça com a nossa população.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, o Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana passada, repercutiu no mundo todo a indicação do ditador Pinochet, para o cargo de Senador Vitalício do Chile. Grandes manifestações ocorreram em Santiago do Chile contra este ato, que poderíamos chamar de 2º golpe que o povo chileno sofria. O 1º golpe, em 1973, quando Pinochet comandou as tropas que derrotaram a democracia e o Governo Socialista de Salvador Allende. Este segundo golpe representa a impunidade daquele ditador, que por anos submeteu o povo chileno à mais atroz das ditaduras, da opressão, da repressão e dos assassinatos em massa naquele país.

Parece que o nosso Presidente da República, que viveu tempos no Chile, aprendeu alguma lição com o ditador chileno Pinochet, tanto é que na semana passada, Fernando Henrique nomeou para Sub-Diretor da Saúde do Exército, o General Dr. Ricardo Agnese Fayde. Era médico militar do DOI-CODE, envolveu-se em atos desumanos, como a autorização de choques elétricos em presos políticos, e quando esse preso já não suportava a tortura à qual era submetido, o Dr. Fayde dizia se era para interromper ou submeter esse brasilei-

ro ou essa brasileira a mais algum outro tipo de sessão de tortura, como a orientação de como torturar grávidas sem trazer maior problema ao feto.

Dr. Fayde, em 1994, foi cassado pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, por reconhecimento daquela instituição como um torturador. Posteriormente, entrou com recurso junto ao Conselho Federal de Medicina e foi mantida aquela posição do Conselho Regional, ou seja, o Conselho Federal de Medicina cassou o diploma de médico do Dr. Fayde, por ele ser orientador do DOI-CODE do Rio de Janeiro, de como deveriam ser feitas as torturas.

A indicação do Dr. Fayde para Sub-Diretor de Saúde do Exército pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso é uma afronta a todos os brasileiros que têm consciência do que o nosso país viveu durante a ditadura, é uma afronta a todos aqueles que lutam, por direitos humanos em nosso país, que têm defendido os direitos humanos.

Tal indicação tem sido condenada por vários órgãos da sociedade civil. O jornalista Jânio de Freitas chama a atenção, inclusive que o próprio Ministro do Exército, Genildo Lucena, foi contra a indicação do Dr. Fayde para esse cargo. O grupo "Tortura Nunca Mais", se manifestou, a nível nacional, pedindo o afastamento dele desse cargo e várias outras entidades têm feito.

Esta Assembléia não pode ficar calada a respeito desse fato. Por isso, protocolamos na Mesa um pedido de envio de mensagem ao Sr. Presidente da República, solicitando o afastamento do Dr. Fayde do cargo de Sub-Diretor, que acabou de ocupar na semana passada.

Fernando Henrique, quando candidato, pediu para que esquecêssemos o que ele escreveu. Provavelmente ele deseja também que não só esqueçamos o que ele escreveu, mas que esqueçamos a história recente deste país. E nós, aprovando esse requerimento, estamos lembrando o Sr. Presidente da República que o brasileiro tem memória e que o brasileiro tem consciência, e que não compactua com torturadores ocupando cargos públicos no Estado brasileiro.

Por isso, pedimos a aprovação desse requerimento, mostrando a nossa indignação como o povo chileno mostrou

a indignação ao ser indicado Pinochet um Senador Vitalício daquele país.

Temos que reagir conscientemente a esse tipo de ato, porque esse tipo de cargo é dar um prêmio a quem torturou, é a impunidade a quem usou do seu conhecimento técnico de médico para orientar torturas no DOI-CODE do Rio de Janeiro, como fez o Dr. Agnese Fayde quando médico do DOI-CODE.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Declinado, passamos ao Horário das Lideranças.

PMDB com a palavra.

(Declina)

PL.

(Declina)

PSDB, PPB, PTB.

Concedo a palavra ao Deputado Joel Coimbra.

O SR. JOEL COIMBRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando da solenidade de posse dos novos secretários, o Governador Jaime Lerner anunciou que estava organizado um esquema especial de segurança para as regiões metropolitanas de Curitiba e Londrina.

Na ocasião, protocolamos requerimento nesta Casa, solicitando que fosse determinada a instalação das delegacias especiais criadas no ano de 1995, a pedido de vários Deputados desta Casa.

Já havíamos solicitado anteriormente que fosse organizado um esquema especial de segurança para nossa região, a de Maringá, que vive uma época de sobressaltos, em função de uma onda de criminalidade que assola aquela região. Voltamos hoje a esta tribuna, para reiterar o nosso pronunciamento e o nosso pedido.

Nos últimos dias, não só Maringá, como toda a nossa região tem vivido momentos de susto e de revolta, em função da série de crimes que lá acontecem. E são crimes de toda a natureza.

Tenho aqui diversos recortes de jornais que circulam em Maringá e região, que apresentam manchetes que vou ler aqui para que os eminentes Parlamentares tenham uma idéia do que anda acontecendo naquela região.

Vejo aqui a manchete do Jornal do Povo, que diz: "estagiária de Direito assassinada: vítima morre ao dar

entrada no hospital Santa Casa de Maringá; mulher passa momentos de terror durante assalto; menina atacada no Campus da UEM; moça de 13 anos leva tiro no braço esquerdo; professor executado no pátio da escola; tiros, brigas e assaltos assustam moradores; homens armados levam 80 mil de joalheiria; família sofre com assaltantes na tarde de domingo; maringenses vivem horas de pânico; em apenas 30 horas, marginais fortemente armados invadiram 3 residências e 1 joalheiria; mais uma residência é assaltada em Maringá; estudante estuprada no Campus da UEM; Maringá vive onda de violência sexual". Estas são algumas das manchetes que retratam a situação verificada naquela região.

Hoje, antes de vir para Curitiba, recebi a visita do Presidente do Sindicato do Comércio de Maringá, que noticiou que havia ocorrido na noite desse fim de semana um assalto, onde os ladrões praticamente "limparam" as Lojas Pernambucanas. Tivemos também, vários arrombamentos na Zona 02, principalmente da região da Avenida Cerro Azul. Um cidadão foi assaltado nas proximidades de um módulo policial e continua também a onda de violência sexual nas regiões, principalmente na região da Universidade de Maringá.

Todas estas questões já foram levadas ao conhecimento da polícia local, ao chefe da Subdivisão Policial de Maringá e já foram levadas também ao Comandante do Batalhão Policial de Maringá. Já foram também relatadas ao Sr. Secretário da Segurança Pública e ao Sr. Delegado Chefe da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Portanto, estamos aqui para manifestar, neste Plenário, de público, a nossa preocupação, e solicitar que seja encaminhado ao Sr. secretário de Segurança, expediente, no sentido de que sejam determinadas, com urgência, as medidas necessárias para que possa restaurar a tranquilidade da nossa região.

Que seja também solicitado ao Governador Jaime Lerner, que inclua no plano de segurança articulado para a região metropolitana de Curitiba e Londrina, também a região metropolitana de Maringá. E que, junto com o ofício, sejam anexadas as notas taquigráficas deste pronunciamento, para que se tenha idéia da gravidade do quadro que aqui estamos apresentando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Tak) -
Não havendo mais oradores inscritos no Horário das Lideranças, está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei, de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 725/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Universidade Livre do Esporte do Paraná, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/97, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação da Promoção Humana e Pastoral da Criança, com sede e foro no Município de Cidade Gaúcha. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 38, de 31.03.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 124/97

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação da Promoção Humana e Pastoral da Criança, com sede e foro no Município de Cidade Gaúcha.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.03.98.

(aa) JOEL COIMERA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/97, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação Flávia Cristina, com sede e foro em Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. ANEXO O PROJETO DE LEI Nº 746/97. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 145/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Instituição denominada Associação Flávia Cristina, mantenedora do Centro de Atendimento Vivência, Integração e Potencialidade, com sede à Rua João XXIII, 335 - Jardim Santo Antonio, Londrina/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.97.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A Associação Flávia Cristina, mantenedora do Centro de Atendimento, Vivência, Integração e Potencialidade é instituição filantrópica que procura oferecer às pessoas com deficiências múltiplas educação e atendimento necessários aos mesmos, tentando garantir-lhes a oportunidade de sentirem-se participativos, aproximando-se da vida normal.

O atendimento do Centro de Atendimento VIP está direcionado gratuitamente à crianças e jovens (de zero a 18 anos), portadoras de deficiências múltiplas, nos setores Pedagógico, Médico, Odontológico, Fisioterápico, Fonoaudiológico, Psicológico e de Assistência Social. Estes atendimentos serão em grupo ou individuais, conforme o necessário.

A exemplo de suas congêneres, aquela instituição vem realizando um importante trabalho junto aos alunos especiais que necessitam de atendimento, em todas as áreas possíveis onde possa haver a necessária estimulação.

Sendo Instituição Assistencial sem fins lucrativos, necessita de declaração de Utilidade Pública, para o que necessitamos do apoio dos nobres pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETOS DE LEI NºS 145/97 E 746/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Durval Amaral, visa declarar de Utilidade Pública a Associação Flávia Cristina, localizada em Londrina/PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/97, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a Associação Educacional Vigilantes Mirins de Alto Paraná, com sede e foro no Município de Alto Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 303/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Educacional Vigilantes Mirins de Alto Paraná, com sede e foro no Município de Alto Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.06.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Educacional Vigilantes Mirins de Alto Paraná, foi fundada em Alto Paraná, com o objetivo de estimular o desenvolvimento harmonioso da potencialidade do menor carente, aproveitando o máximo de seus dotes morais e intelectuais, muitas vezes dispensados por falta de orientação adequada.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 303/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, visa declarar de Utilidade Pública a Associação Educacional Vigilantes Mi-

rins de Alto Paraná, com sede e foro no Município de Alto Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 520/97, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo a criar a CIRETRAN - Circunscrição Regional de Trânsito, no Município de Sarandi. SEM PARECERES. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 166, de 07.10.97).

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos Jardim Buenos Aires, São Miguel, Botiatuba e adjacências, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J... Aprovado. (Publ. no D.A. nº 02, de 17.02.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 005/98

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos Jardim Buenos Aires, São Miguel, Botiatuba e adjacências, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 010/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação do artigo 1º, da Lei nº 7240, de 24 de outubro de 1979, que declarou de Uti-

lidade Pública o Lar e Creche São Vicente de Paulo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J... Aprovado. (Publ. no D.A. nº 10, de 11.03.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 010/98

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, visa alterar a redação do art. 1º, da Lei nº 7240, de 24 de outubro de 1979, que declarou de Utilidade Pública o Lar e Creche São Vicente de Paulo.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Sobre a mesa, Requerimentos nºs 256 a 259, 261 e 262, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 264, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 265, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 266, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 269, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 268, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. Encaminha-se, na forma do requerido.

Requerimento nº 270, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 271, de autoria do Sr. Deputado Nelvo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 272, de autoria do Sr. Deputado Nalmor Trentini, cons-

tante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 273, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 274 a 276, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 263, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

O SR. DR. ROSINHA (**Pela Ordem**) - O nosso requerimento, Vossa Excelência colocou como que a Mesa vai encaminhar.

Gostaria que fosse colocado em votação, para que fosse uma votação deste Parlamento, e não a posição individual de um Parlamentar, porque a situação é bastante séria. Um médico que teve o seu diploma cassado em duas instâncias, não tem mais recursos. Ele teve por orientar torturas. Feriu os direitos humanos e a consciência nossa.

Gostaria que essa Casa se manifestasse como Parlamento e fosse colocado em votação. Porque para encaminhar, como o meu desejo, faço isso via fax a qualquer momento, a qualquer instante.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**) - A assessoria e a retaguarda da Mesa Executiva, assim nos deu esse parecer, e Vossa Excelência poderá entrar com um novo requerimento, não no sentido desse, e daremos a apreciação ao Plenário de uma reivindicação justa da vossa parte.

Essa matéria, infelizmente, já foi vencida, ilustre Deputado. Se fosse levantada antes da sua votação, teria plena aceitação de todos os colegas e seria apreciada pelo Plenário.

Requerimento nº 231, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior.

Em votação. Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

17 Srs. Deputados rejeitam o requerimento.

4 Srs. Deputados votam favoravelmente.

Não há quórum para prosseguimento da votação desse requerimento, e também para os demais.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**) - Sr. Presidente Deputado Luiz Carlos Zuk.

Quero registrar aqui a presença da delegação dos Municípios de Capitão Leônidas Marques, Nova Prata do Iguaçu, Boa Vista da Aparecida, Três Barras do Paraná, Cruzeiro do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu, municípios que foram impactados com a construção da Usina de Salto Caxias, e que encontram-se aqui para estabelecer tentativas, conversas com o Governo do Estado, objetivando receber a devida compensação pelos estragos causados nas comunidades.

Aqui se encontram Vereadores, Presidentes de Associação Comercial, Sindicato dos Trabalhadores, Sindicato Rural, Lideranças de todos esses municípios.

Então, queremos registrar aqui, com muita satisfação, a presença dessas ilustres visitas, que hoje estão aqui, pedindo a colaboração dos Srs. Deputados Estaduais, para intermediar uma conversação com a COPEL, a fim de que haja o estabelecimento do diálogo, para resolver o problema da Usina de Salto Caxias.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**) - Perfeitamente anotado e associada pela Mesa Executiva, a presença das ilustres lideranças. Realmente, não só do ilustre Deputado Nereu Moura, mas tem o respeito de toda esta Casa e a nossa participação nas soluções do interesse da família do Paraná.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 124, 145, 303, 520/97, 005 e 010/98.

Levanta-se a sessão.